

CHUVAS NO RIO DE JANEIRO:

FOTOS: DIVULGAÇÃO



desastre ambiental ou capitalismo de desastre?

POR NELSON DINIZ

Nos primeiros dias de 2024, a região metropolitana do Rio de Janeiro foi atingida, novamente, por fortes chuvas. Nos dias 13 e 14 de janeiro, os eventos mais extremos ocorreram na zona norte do núcleo metropolitano e nos municípios de São Gonçalo e da Baixada Fluminense. Segundo dados, por exemplo, da Estação Meteorológica de Anchieta, vinculada ao Sistema Alerta Rio, 259,2 milímetros de chuva foram registrados em 24 horas, maior índice de uma série histórica iniciada em 1997. Em decorrência desses eventos, houve mortos e desabrigados, além de um imenso prejuízo emocional e material, sobretudo de famílias pobres, moradores de bairros populares e pequenos comerciantes/prestadores de serviços, os quais, recorrentemente, sofrem os efeitos mais graves dos nexos entre vulnerabilidade social e risco ambiental.

Como se sabe, esse é, de fato, um problema histórico e recorrente das cidades brasileiras. Ano após ano, verão após verão, essas cidades demonstram que suas formas espaciais e seus padrões de uso do solo, tal como foram edificadas e organizadas, sem maiores preocupações ambientais, catalisam enchentes e favorecem movimentos de massa (deslizamentos, escorregamentos, quedas de barreiras etc.). Trata-se de um problema relacionado, principalmente, à má gestão dos rios urbanos e ao precário manejo dos processos erosivos em áreas de encostas. Cabendo mencionar, ainda, os mecanismos da segregação socioespacial e a incapacidade estrutural do sistema formal de produção

de moradias de atender às necessidades dos segmentos considerados “não rentáveis”, o que explica, em parte, a ocupação de áreas de risco. Tudo isso agravado pelas mudanças climáticas em curso no Brasil e no mundo.

Sem dúvida, o que é próprio das mudanças climáticas planetárias exige respostas de maior alcance, em escala global, uma vez que estamos diante não de uma sequência imprevisível de “desastres ambientais”, mas



de um verdadeiro “capitalismo de desastre”, para utilizar uma expressão da jornalista e escritora canadense Naomi Klein. Na formulação original da autora, essa expressão designa situações nas quais o choque posterior a grandes crises e/ou eventos extremos abre caminho para oportunidades de negócio e ondas de neoliberalização. Klein considera, por exemplo, a privatização de parte do sistema de ensino de Nova Orleans, nos Estados Unidos, após a passagem do furacão Katrina, em 2005.

Com efeito, ainda no que tange à gestão de recursos hídricos em áreas urbanas, é possível raciocinar de modo semelhante quando se leva em conta o caso da recente privatização da Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro (CEDAE). No princípio de 2020, os impactos

da poluição no sistema Guandu, responsável por abastecer 80% da região metropolitana do Rio de Janeiro, tornaram praticamente inviável o consumo de água daí proveniente. Na sequência, esse episódio, que ficou conhecido como a “crise da geosmina”, foi convertido em uma das principais justificativas para a concessão à iniciativa privada dos serviços anteriormente prestados pela CEDAE.

No entanto, o sentido que se quer enfatizar, aqui, é muito mais o do metabolismo crescente antissocial do capital, em consonância com a abordagem de autores como István Mészáros e Ricardo Antunes, para quem a “normalidade” do sistema capitalista é, cada vez mais, a “destrutividade”. Destrutividade que ameaça, igualmente, o meio ambiente e a humanidade. E as cidades brasileiras, como, de resto, as cidades da periferia do sistema-mundo capitalista, representam justamente isso: tornaram-se o lócus das manifestações mais críticas dessa destrutividade. Basta pensar nas repetidas tragédias em cidades que se destacam por suas atividades no setor de mineração. Nesses casos, o resultado tem sido, pura e simplesmente, a destruição, tanto de vidas quanto de sistemas socioambientais. O caso brasileiro mais recente é, também, um dos mais expressivos dessa lógica: em Maceió, capital do estado de Alagoas, os danos causados pela mineração de sal-gema afetam uma área correspondente a 20% da capital e já deslocaram, desde 2018, aproximadamente 60 mil pessoas.

Emfim, no que diz respeito às chuvas, opera uma lógica semelhante. Os modos contemporâneos de produzir os espaços urbanos, associados aos padrões tradicionais e excludentes de uso e ocupação do solo, converteram grande parte das cidades brasileiras no palco previsível da ocorrência e recorrência de tragédias. As chuvas, ainda que aumentadas diante das mudanças climáticas globais, não são, evidentemente, as causas primárias desses desastres e tragédias, como os que vem se repetindo não só no Rio de Janeiro, mas também em outras cidades, a exemplo do que aconteceu, em setembro de 2023, em municípios do Rio Grande do Sul.

Pois bem, ainda que tudo isso exija, como dito, respostas de maior alcance, que remetam, dentre outras alternativas, ao horizonte da descarbonização, é possível agir, com alguma margem, no nível local. Sendo assim, as eleições municipais de 2024 constituem uma oportunidade para promover o debate

nacional a respeito da preparação das cidades brasileiras para o enfrentamento de situações como as descritas até aqui. É especialmente importante, no que concerne às chuvas e aos recursos hídricos, rediscutir os mecanismos de interação rio-cidade, tanto quanto fortalecer iniciativas que consideram as bacias hidrográficas e as encostas urbanas como unidades fundamentais de gestão e de planejamento. É preciso reequipar os órgãos de Defesa Civil, assim como aprimorar os sistemas municipais de monitoramento e alerta de desastres.

Há, por fim, que refundar as políticas de gestão e de planejamento na escala metropolitana. Os eventos dos últimos dias no Rio de Janeiro são, mais uma vez, uma referência para a reflexão. Grande parte do que ocorreu na zona norte da cidade, nos dias 13 e 14 de janeiro, esteve relacionado a uma das maiores enchentes do Rio Acari. Trata-se de um rio que nasce na Serra do Geriçinó e é, ao lado do Rio Pavuna, afluente do Rio Meriti; esse último localizado no limite entre a cidade do Rio de Janeiro e a Baixada Fluminense. Ou seja, não é possível pensar estratégias de gestão e mitigação de impactos em um rio como esse apenas na escala intraurbana. A escala mais adequada para a gestão integrada de recursos hídricos nas grandes cidades é, sem dúvida, a metropolitana. Evidentemente, esse é apenas um caso, dentre tantos outros que se poderia mencionar, e que merecem atenção no ano eleitoral de 2024.

Em suma, é necessário aproveitar as circunstâncias desse ano eleitoral para promover o debate a respeito desses e de outros casos, contribuindo para a construção de uma agenda em torno da reforma urbana e do direito à cidade. Agenda que se oporia à lógica do capitalismo de desastre.

» Nelson Diniz é Professor do Departamento de Geografia do Colégio Pedro II (Educação Básica e Licenciatura) e Pesquisador do Observatório das Metrópoles (Núcleo Rio de Janeiro).

“As chuvas, ainda que aumentadas diante das mudanças climáticas globais, não são, evidentemente, as causas primárias desses desastres e tragédias, como os que vem se repetindo não só no Rio de Janeiro, mas também em outras cidades, a exemplo do que aconteceu, em setembro de 2023, em municípios do Rio Grande do Sul.”

“Nos dias 13 e 14 de janeiro, os eventos mais extremos ocorreram na zona norte do núcleo metropolitano e nos municípios de São Gonçalo e da Baixada Fluminense.”